

A ORIGINALIDADE DO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO 19

Luiz Roberto Pecoits Targa

No início do século 20, as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo apresentavam economias capitalistas com características distintas, fruto das diferenças que se construíram nestas sociedades durante o século 19. A questão que nos ocupa aqui é a de identificar sinteticamente os elementos que fizeram com que estas sociedades se tornassem tão diversas entre si. Como essas diferenças possuem suas raízes na origem e no desenvolvimento dessas sociedades ao longo do século 19, é neste período que vamos buscar os fundamentos desta diversidade.

A economia baseada na *plantation* de café foi profundamente representativa da economia agro-exportadora brasileira e a sociedade que dela resultou possuiu as mesmas características gerais da sociedade de outras regiões agro-exportadoras do Brasil. Estas características foram marcadamente diversas das características da economia gaúcha e se essas diferenças esboçaram-se logo após a Independência do Brasil, elas aprofundaram-se depois de 1850, quando foi abolido o tráfico negro.

Durante o século 19, o Brasil como um todo foi marcado - dos pontos de vista social e de apropriação do excedente econômico - pelo apogeu, o declínio e a abolição da escravidão, assim como pelo crescimento da produção e das exportações de café. A escravidão e suas seqüelas marcaram profundamente o Brasil do século 19 : afirmamos, neste artigo, que foram construídas duas sociedades escravistas distintas nas províncias do Rio Grande do Sul e na de São Paulo.

No plano mais geral de análise é preciso ter presente que se tratavam de sociedades agrárias e se, de fato, elas evoluíram de forma diversa foi porque as relações de produção assim como a propriedade fundiária (e, também, a distribuição e a apropriação do excedente econômico) tomaram formas diversas em cada uma delas. Foi assim que, se a grande

propriedade fundiária possuiu um papel determinante nas duas regiões, as similitudes entre as regiões terminam aí. Dois elementos explicam uma diferenciação de fundo.

O primeiro elemento de diferenciação foi a existência no Sul de colônias de povoamento concentradas em uma parte do território gaúcho e que atribuíram à estrutura fundiária da região uma grande originalidade em comparação com as estruturas de todos os outros sistemas agrários brasileiros. O segundo elemento fundamental de diferenciação entre as regiões diz respeito à esfera do trabalho : seja à do trabalho escravo, seja à do trabalho livre dos imigrantes europeus não ibéricos.

Na cafeicultura, a classe fundamental da qual era extraído o excedente econômico era a dos escravos rurais (Saes, 1985) e esta classe de escravos mal existia na sociedade sul-rio-grandense. No que diz respeito ao trabalho livre dos imigrantes não ibéricos, se na economia paulista ele foi mantido na condição de expropriado, no Sul ele tornou-se proprietário dos meios de produção e de vida.

Uma vez que, neste Brasil do século 19, a substituição do trabalho escravo pelo livre ocupou um lugar central na vida econômica e política do país, então a substituição de uma forma de trabalho pela outra, em cada região, deve ter assumido formas diversas. Assim, foi diversa a relação que guardaram entre si as duas formas de trabalho em cada região : se o trabalho livre substituiu o escravo nos cafezais, tendo sido introduzido em uma estrutura produtiva e fundiária já existentes, ele ajudou a destruir a escravidão no Sul, pois foi encarregado de criar, fundiária e produtivamente, um mundo novo, totalmente à parte da sociedade tradicional escravista. Deste modo, a sociedade de cada região atribuiu lugares diversos aos imigrantes não ibéricos, tendo criado projetos sociais assimétricos para eles.

Nesta introdução é preciso enfatizar ainda que se as sociedades regionais brasileiras puderam conservar seus traços fundamentais do século 16 ao 19, outro foi o destino da sociedade sul-rio-grandense. Seu itinerário particular encontra sua explicação mais profunda no fato de ter sido fruto de uma fronteira em guerra e sua trajetória particular foi definitivamente estabelecida pela ingerência singular de D. Pedro I no Rio Grande do Sul, quando ele aí criou, em 1824, uma colônia de povoamento com imigrantes alemães

(Browne,1979), onde era interdito o uso de trabalhadores escravos (tanto os próprios como os alugados).

Passemos, sem mais delongas, a identificar as diferenças mais específicas entre as regiões.

Em São Paulo, a cultura do café constituía de longe o setor agrícola mais importante e o único que era produtor de mercadorias. Sua produção, baseada na escravidão e no latifúndio, destinava-se ao mercado internacional onde detinha, na maior parte do período, uma posição de monopólio. Tratava-se de um setor produtivo sem relação com outros setores produtivos em São Paulo (os demais não eram produtores de mercadorias). Mas ele possuía relações à montante com a economia gaúcha, de onde importava animais para o transporte de carga e o charque para a alimentação da escravaria. Em suma, a monocultura de exportação, o monopólio no mercado mundial, a produção assentada na grande propriedade e o uso da escravidão eram característicos, ao mesmo tempo, da economia cafeeira e da paulista. Salientemos ainda que a *plantation* de café era uma autarquia produtiva que sufocava a divisão social do trabalho. Esta economia da *plantation* deu origem às duas classes sociais fundamentais da economia paulista : a dos proprietários de terra e de escravos e a dos escravos rurais (que de resto foram também as classes sociais fundamentais da sociedade escravista brasileira) (Gorender, 1988 e Saes, 1985).

Na mesma época, a economia gaúcha apresentava um perfil completamente diverso. Ela comportava três setores econômicos importantes : o dos latifúndios pastoris, o das charqueadas e o setor das colônias de povoamento. E aí está uma primeira diferença de fundo entre as duas economias regionais : em São Paulo havia um único setor produtor de mercadorias, enquanto no Rio Grande do Sul existiam três setores.

O primeiro e mais antigo setor produtivo gaúcho era o do pastoreio extensivo, praticado em latifúndios e onde o trabalho escravo era raramente utilizado, e quando o era, ocupava as atividades de apoio à produção criatória e não a atividade principal (César, 1979)¹. E isto por duas razões : havia uma impossibilidade técnica ao exercício da coerção extra-econômica (sem a qual o escravismo era impossível) e porque o instrumento de trabalho (o

cavalo) constituía-se também em meio principal de fuga do cativo. De fato também a organização do trabalho na estância através de escravos era dificultada pela proximidade com uma fronteira com países onde a escravidão negra era rara ou inexistente. Um outro traço que distinguia este setor do cafeeiro é que sua produção não se destinava ao mercado internacional mas ao de outras regiões do Brasil, para as quais ele fornecia bestas de carga e, através do gado vendido para o setor charqueador gaúcho, da carne seca que alimentava os escravos e as populações pobres do Leste e do Nordeste do Brasil.

Em suma, no Sul, o latifúndio não era nem escravista nem lugar de uma cultura de exportação para o mercado mundial. Isto significa que no Rio Grande do Sul, nem o produto nem a estrutura produtiva do setor assentado sobre as grandes propriedades fundiárias repetiam o trinômio básico da estrutura econômica e social de São Paulo (e, em geral, do conjunto do país) : o latifúndio, a monocultura de exportação para o mercado mundial e a escravidão.

É necessário ainda insistir no fato de que no Sul, latifúndio e escravidão, estas duas instituições clássicas da *plantation* brasileira jamais se superpuseram. Certamente que ambas estavam presentes no Sul, mas sem ligação de uma com a outra (Targa, 1996). E isto constitui uma diferença fundamental entre as economias das duas regiões. Foi por isso que, malgrado a presença dos latifúndios, a estrutura econômica do setor pastoril não deu origem às classes sociais engendradas pela *plantation*. Com efeito, os grandes proprietários pecuaristas do Sul nunca se constituíram em uma classe que expropriava o trabalho de uma classe de escravos rurais. A presença de classes sociais distintas constitui então uma outra diferença fundamental entre as duas sociedades regionais : as classes sociais que produziram o excedente econômico e as classes que dele se apropriavam eram profundamente distintas nas duas sociedades. Isto quer dizer que as próprias sociedades regionais eram profundamente distintas.

Examinemos, agora, o segundo setor econômico do Sul, o charqueador. Este setor comprava o gado do setor pecuário, fabricava o charque de modo rudimentar e o exportava para São Paulo, para o Rio de Janeiro e para o Nordeste (algum charque destinava-se ao mercado cubano). Frequentemente os comerciantes eram os próprios charqueadores. A

¹ A crer nas instruções do Conde de Piratini para o seu capataz da Estância da Música (César, 1978).

charqueada não era uma exploração rural propriamente dita, pois concentrava-se em torno de centros urbanos exportadores. Este setor não deteve, senão ocasionalmente, o monopólio do mercado brasileiro, pois seu produto sofreu sempre a concorrência do similar platino, mais barato e, freqüentemente, de melhor qualidade. Chegamos, assim, a uma quarta diferença : enquanto o setor escravista da cultura de exportação gozava de uma posição de monopólio no mercado internacional, o único setor verdadeiramente escravista da economia gaúcha, possuía seu produto concorrenciado por uma produção que era organizada de modo capitalista : uma produção que tinha origem em um modo de organização da produção, portanto, mais avançado que o seu.

Era este setor que concentrava os escravos produtivos do Rio Grande do Sul. No entanto, uma vez cessado o fornecimento externo de escravos em 1850, o café começou a concentrar cada vez mais os cativos já existentes no país (Conrad, 1978) e isso determinou o início de uma crise de mão-de-obra escrava nas charqueadas, pois este setor não possuía condições de pagar pelos escravos os preços que os cafeicultores ofereciam. O fracasso da substituição dos escravos pelos trabalhadores livres ou o de sua convivência na mesma unidade produtiva terminou por levar o setor escravista gaúcho à penúria de força-de-trabalho². Mas esta crise não decorria somente da concorrência exercida pelos cafeicultores na aquisição dos cativos, ela decorria também da existência na economia gaúcha do terceiro setor : o dos pequenos proprietários, que atraía a mão-de-obra livre que chegava ao Sul. Uma particularidade do setor escravista por excelência do Rio Grande do Sul foi que ele conheceu a penúria de mão-de-obra (escrava e livre) muito antes das *plantations* de café.

Se compararmos as performances econômicas dos dois setores escravistas, encontramos uma outra diferença importante : em primeiro lugar, o setor escravista da economia gaúcha era um entre três setores, enquanto o de São Paulo, era o único setor com produção mercantil ; depois, percebemos que o setor escravista do Sul perdia seus escravos pra o café e mergulhava em uma crise de mão-de-obra, enquanto a cultura do café concentrava cada vez mais os escravos disponíveis do país ; finalmente, o preço e a produção de café

² Entre as muitas explicações para o fracasso da experiência do Senador Vergueiro com trabalhadores livres em suas fazendas de café em Rio Claro, na metade do século 19, a mais profunda foi apontada por Warren Dean (1977) : os senhores de escravos eram incapazes de estabelecer uma relação de trabalho diversa da escravista. O mesmo motivo determinou o fracasso dos charqueadores com os trabalhadores livres.

elevaram-se constantemente ao longo do século 19, enquanto o charque entrava em declínio depois da metade do século. Em suma, eram totalmente distintas tanto as performances econômicas dos dois setores quanto as respectivas relações com suas escravarias.

Nós também podemos lembrar o quanto as “firmas” típicas de cada região foram diversas. Uma das maiores diferenças foi a ausência, na charqueada, de uma cultura de subsistência destinada à alimentação dos escravos, o que contrastava com a extrema autonomia de funcionamento da *plantation*. A “firma” escravista típica do Rio Grande do Sul, não somente comprava sua matéria prima de um outro setor da economia regional como precisava buscar no mercado ítems para a alimentação de seus escravos. O funcionamento da charqueada mostra assim, que ela não era uma empresa rural no sentido próprio do termo, uma vez que ela não seguia as normas clássicas de organização das explorações escravistas rurais brasileiras (nem as agrícolas nem as mineradoras).

É por isso que o setor propriamente escravista da região não deu origem às mesmas classes sociais fundamentais do escravismo paulista e brasileiro : os proprietários de terras e escravos de um lado e os escravos rurais de outro. Os charqueadores não foram senhores rurais, eles eram comerciantes que moravam em cidades-portos enquanto que os senhores do café só vieram a instalar-se nas cidades após a Abolição da escravidão.

No entanto, a distinção entre as duas economias regionais não se esgota na comparação entre a composição e o funcionamento do setor escravista de cada região. De fato a diferença maior entre estas duas sociedades está sem dúvida na presença, depois de 1824, de um setor econômico movido pelos colonos imigrantes não ibéricos que introduziram novas relações de produção, novos objetivos e novos comportamentos econômicos na vida social do Sul (Fernandes, 1987). Eles trouxeram na sua bagagem um estilo de vida e de trabalho que o Rio Grande do Sul não conhecia anteriormente. Isto estremeceu a sociedade meridional tornando-a única e original no Brasil seu contemporâneo. Estes imigrantes estão na origem do terceiro setor mercantil da economia meridional, o das pequenas propriedades rurais com suas vilas e cidades³. E se, no Sul, a simples existência deste setor já estabelecia por si só uma diferença

³ É importante lembrar que os colonos implantaram no Sul uma outra sociedade completa : haviam ricos e pobres no campo como nas cidades : agricultores ricos e pobres, artesãos (mestres e aprendizes), comerciantes (atacadistas e varejistas), capitalistas e operários.

basilar com a economia paulista, é preciso levar em conta, sobretudo, o papel que ele jogou na crise de mão-de-obra do setor escravista meridional. Ora, este setor, lugar do trabalho familiar dos imigrantes europeus (desde seu início um lugar de trabalho cujo produto se destinava ao mercado e onde era interdita a utilização do trabalho escravo) atraía os imigrantes que desembarcavam no Rio Grande do Sul. O porto de chegada era a cidade de Rio Grande, porto vizinho de Pelotas, cidade esta que concentrava a maior parte das maiores e mais ricas charqueadas gaúchas. A assalariar-se nas charqueadas, a população migrante que desembarcava preferia deslocar-se para o norte da Província, onde teria acesso à propriedade da terra e aos meios de vida. A crise de mão-de-obra do setor charqueador deveu-se assim, em grande parte, à existência do setor de pequenas propriedades.

Na região cafeeira o sistema escravista bloqueava a imigração e, quando esta ocorreu, e em grande escala, foi para substituir os escravos emancipados pelos trabalhadores europeus ; estes últimos, já tendo sido expropriados na Europa, guardavam esta mesma condição na cafeeira. No Sul, ao contrário, a imigração para as colônias de povoamento afetou o desempenho do setor escravista, pois os imigrantes, destinados a criar uma nova estrutura social e produtiva, tornavam-se proprietários dos meios de produção e de vida.

No fundo, reencontramos a distinção ocorrida nos Estados Unidos da América, entre a Nova Inglaterra e o Sul escravista, excepto que no caso brasileiro, foi o “Norte” escravista que impôs sua dominação simultaneamente sobre todos os planos (social, político e econômico) e que organizou sobre esta base a unidade nacional.

Finalmente, as duas regiões enfrentavam conjunturas políticas e econômicas diferentes. Malgrado esta diferença, ambas necessitavam de autonomia política, pois a organização unitária do Estado imperial as sufocava, impedindo-as de resolver seus problemas políticos e econômicos. Do ponto de vista estritamente econômico, as conjunturas eram diametralmente opostas : o café prosseguia sua expansão enquanto o charque mergulhava no seu declínio. E mais, as classes dominantes paulistas estavam unidas no seu elã de expansão enquanto as do Sul estavam profundamente divididas : os charqueadores estavam contra os pecuaristas do Sudoeste, o capital comercial do Leste estava contra os do Sudoeste e do Oeste (Baretta, 1985).

Nós podemos então concluir que a sociedade escravista meridional e a cafeeira foram construídas através de elementos radicalmente distintos. No Sul, estes elementos forjaram uma sociedade dotada de características muito singulares : a presença de três setores de produção mercantil ; a impossibilidade de estabelecer, de modo estável, as relações servis de dominação em função do pastoreio e das freqüentes guerras de fronteira, bem como com a vizinhança com países não escravistas ; uma produção escravista sem posição de monopólio no mercado ; uma organização muito particular da “firma” escravista típica da região ; enfim, a existência de uma sub-região povoada por pequenos produtores de mercadorias que disputava a mão-de-obra livre com o setor escravista, abalado pela penúria de escravos. De fato todas estas características estavam de tal modo ligadas entre si que a sociedade sul-riograndense seria irreconhecível se retirássemos qualquer uma delas.

Em seu todo, nossa reflexão salienta que a sociedade escravista meridional (assim denominada porque o sistema escravista era o dominante) não pode ser considerada uma forma inacabada da sociedade das *plantations* como o faz Fernando Henrique Cardoso (1977). Trata-se simplesmente de uma sociedade distinta da paulista. Em suma, esta síntese permite constatar que as duas sociedades constituíam formações sociais diversas. Em primeiro lugar, porque no Sul o modo de produção escravista convivia com um modo de produção camponês (não escravista) que era altamente mercantilizado, setor este ausente da formação social paulista. A existência deste terceiro setor no Sul foi decisiva, pois comprometeu o desempenho do setor escravista meridional.

Finalmente, no que tange ao futuro destas classes sociais, Fernando Henrique Cardoso (1977) salienta outras dimensões interessantes da questão das diferenças inter-regionais quando ele lembra que no Rio Grande do Sul os empresários industriais não tiveram origem na classe dos charqueadores nem os operários na dos escravos. No que diz respeito aos charqueadores a diferença é essencial em relação aos empresários paulistas, pois alguns destes tiveram por origem a classe dos cafeeiros. O caso meridional é totalmente diverso: os capitalistas industriais não saíram da classe dos charqueadores ; na maior parte dos casos, eles tiveram origem nas famílias dos imigrantes, porém não necessariamente na dos pequenos proprietários. A população imigrante também está na origem da maior parte da classe operária do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARETTA, S.D. (1985), *Political Violence and Regime Change: A Study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*, thèse de Phd, Université de Pittsburgh, Pittsburgh.

BROWNE, G.P. (1979), *Soldados ou colonos: uma visão da estrutura política do 1º Reinado*, *Colloque: História Econômica*, UFSC, Florianópolis.

CARDOSO, F.H. (1977), *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, Paz e Terra, Rio de Janeiro (1º éd. 1962).

CÉSAR, G. (1978), *O Conde de Piratini e a Estância da Música : administração de um latifúndio rio-grandense em 1832*, Caxias do Sul e Porto Alegre, E.S.São Lourenço de Brides e IEL.

CONRAD, R. (1978), *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

DEAN, W. (1977) . *Rio Claro : um sistema brasileiro de grande lavoura : 1820-1920*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

FERNANDES, F. (1987), *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, Guanabara, Rio de Janeiro.

GORENDER, J. (1988), *O escravismo colonial*, Ática, São Paulo.

SAES, D. (1985), *A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

TARGA, Luiz R.P.(1996) As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das plantations do Brasil In : TARGA, Luiz R.P. (ed.) (1996), *Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre, FEE, 294p.